

CONSULTA PÚBLICA 001/2021

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº008/2021

PROCESSO 7910.2021/0001193-0

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS REMANESCENTES DE IMPLANTAÇÃO DO **TERMINAL SATÉLITE ITAQUERA** NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

1. PREÂMBULO

A SÃO PAULO OBRAS - SPObras torna público, para conhecimento dos interessados, a realização da licitação, na modalidade de Concorrência, de acordo com as condições fixadas neste Edital e seus Anexos, para contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas em engenharia e arquitetura para execução de obras remanescentes de implantação do TERMINAL SATÉLITE ITAQUERA no Município de São Paulo, conforme Anexo I – Termo de Referência e demais anexos.

2. DAS INFORMAÇÕES INICIAIS

- 2.1. **Tipo de Julgamento:** As propostas serão julgadas pelo critério de menor preço, conforme artigo 45, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
- 2.2. **Legislação Regedora:** A licitação rege-se pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Municipal nº 13.278/02 e suas alterações, Lei Municipal nº 14.145 de 07/04/06, Decreto Municipal nº 44.279/03, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 48.184/07, Decreto Municipal nº 49.511/08, Decreto Municipal nº 50.977/09, Decreto Municipal nº 56.475/15 e Decreto Federal nº 7.983/2013.
- 2.3. **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário.
- 2.4. **Prazo de Execução:** 30 (trinta) meses, a contar da emissão da ordem de serviço.
- 2.5. **Valor estimado** para a execução do objeto licitado é de: R\$182.681.657,17, (cento e oitenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), na Data Base de janeiro/2021 (sem desoneração).
- 2.6. **Valor da Garantia da Proposta Comercial:** R\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil reais).
- 2.7. **Prazo para Prestação da Garantia da Proposta Comercial:** no ato da entrega dos envelopes, a qual será encaminhada para análise da Gerência Financeira.
- 2.8. **Disponibilidade do Edital:** O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta e para *download* no site: <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br>., a partir de **/ /2021**. Orientações sobre este procedimento poderão ser obtidas junto a Gerência de Licitações e Contratos, através do telefone 3113-1571 ou pelo e-mail licitacoes@spobras.sp.gov.br.
- 2.9. **Data e Local de Entrega dos Envelopes:** Das 9h às: 09h30min do dia **/ /2021**, na sala de reunião localizada no 7º andar, Edifício Galeria Olido, Av. São João, 473, Centro - São Paulo/SP.
- 2.10. **Abertura dos Envelopes:** 09h30min do dia **/ /2021** na sala de reunião localizada no 7º andar, Edifício Galeria Olido, Av. São João, 473, Centro - São Paulo/SP.

- 2.11. **Visita Técnica Obrigatória:** A visita técnica é obrigatória e será realizada na área de implantação do Terminal de Ônibus, localizado no Município de São Paulo, Subprefeitura de Itaquera na Zona Leste, no quadrilátero formado pela Avenida Professor Engenheiro Ardevan Machado, Rua Dr. Luiz Aires e Rua Salim Jorge Id, ao lado do Metrô Corinthians Itaquera.

A visita técnica é obrigatória e ocorrerá nas datas: __/__/2021 e __/__/2021, das __h às __h, acompanhada por um representante da SPObras, devendo ser agendada previamente, junto à Gerência _____, pelo telefone _____ ou e.mail: _____.

Os representantes dos interessados deverão comparecer munidos dos seguintes documentos:

- 1) Credencial assinada pelo representante legal da empresa licitante, acompanhada do Documento de Identidade ou CREA.
- 2) Declaração de que visitou o local de execução das obras e serviços, devidamente preenchida, em conformidade com o modelo a ser fornecido no edital, ocasião em que será consignada a assinatura do engenheiro da SPObras que acompanhou a realização da visita.

É obrigatória a realização da visita técnica ao local da obra, em virtude de se tratar de obras remanescentes (caráter técnico), e ainda por se tratar de área sob vigilância patrimonial com acesso restrito.

Nota: Recomenda-se aos interessados que indiquem o seu responsável técnico, preferencialmente um engenheiro civil, e na sua impossibilidade, indiquem um profissional capacitado de nível superior, devidamente cadastrado no CREA ou CAU e que tenha conhecimento suficiente do objeto licitado, para, inclusive auxiliar na elaboração da proposta, uma vez que esta visita tem por finalidade esclarecer dúvidas técnicas com relação ao local da prestação dos serviços e da execução da obra.

- 2.12. **Pedido de Esclarecimentos sobre o Edital:** Deverão ser formulados por escrito **até às 17h30min** do dia **__/__/2021** e transmitidos via e-mail, endereçados a licitacoes@spobras.sp.gov.br. A Comissão Permanente de Licitação responderá aos questionamentos que serão disponibilizados no site <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br>, e comunicará por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC. Em hipótese alguma serão respondidos questionamentos feitos por telefone.

- a) Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela SPObras.
- b) No caso de ausência de solicitação, pelas licitantes, de esclarecimentos adicionais aos ora fornecidos, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, quaisquer reclamações.

Observação Importante: As informações contidas neste preâmbulo não afastam a necessidade da leitura atenta de todo o conteúdo deste Edital, uma vez que elementos fundamentais para a participação nesta licitação encontram-se em suas páginas.

3. DA FINALIDADE E ANEXOS

3.1. Este Edital tem por finalidade estabelecer instruções e regular o procedimento a ser observado pelas empresas interessadas em participar da Concorrência nº 008/2021 a ser realizada pela SÃO PAULO OBRAS - SPObras.

3.2. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I -	Termo de Referência e Elementos Técnicos
Anexo II -	Minuta do Contrato
Anexo III -	Modelo de Carta para Apresentação da Proposta Comercial
Anexo IV -	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo V -	Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia da Proposta Comercial
Anexo VI -	Modelo de Declaração de Não Impedimento
Anexo VII -	Modelo de Declaração de Atendimento ao Disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas atualizações
Anexo VIII -	Modelo de Declaração de conhecimento do local, dos serviços e das especificações
Anexo IX -	Modelo Controle Ambiental – CADMADEIRA
Anexo X -	Modelo Controle Ambiental Minerário – SISNAMA
Anexo XI -	Modelo Microempresa -ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP
Anexo XII -	Arquivos de Orçamento
Anexo XIII -	Modelos
Anexo XIV -	Normas Administrativas da SPObras:

4. DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As obras e serviços serão remunerados com recursos da Dotação Orçamentária de Construção de Terminais de Ônibus nº 98.22.26.453.3009.1095.4.4.90.51.00 (Termo de Compromisso nº 0425.748-27/2013) e nº 22.10.26.453.3009.1095.4.4.90.51.00.

4.1.1. A homologação do certame fica condicionada a efetivação da reserva de verba.

4.1.2. A licitante vencedora da presente licitação firmará Contrato diretamente com a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, a qual promoverá a adjudicação do objeto.

5. DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 5.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas em engenharia e arquitetura para execução de obras remanescentes de implantação do TERMINAL SATÉLITE ITAQUERA no Município De São Paulo, conforme Anexo I – Termo de Referência e demais anexos.
- 5.2. As obras e serviços objeto desta licitação serão executados sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário.

6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto à COMISSÃO por um representante, conforme modelo do Anexo IV que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;
- 6.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida e com poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome da representada, conforme modelo constante do Anexo IV. Em sendo o representante sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá, nessa ocasião, apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 6.3. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte participe desta licitação, deverão apresentar, em separado, no ato da entrega dos envelopes exigidos na presente licitação:
- 6.3.1. Comprovante de inscrição e de situação cadastral da pessoa jurídica no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 6.3.2. Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, bem como de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação (artigo 3º, § 1º, Decreto nº 56.475/2015), conforme modelo Anexo X.
- 6.3.2.1. A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante e por seu contabilista, identificado com seu número de registro perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).
- 6.3.3. Em caso de dúvida, a Comissão poderá, a seu critério, solicitar a apresentação das notas de faturamento dos últimos meses, para a comprovação do disposto e para aferição do atendimento aos §§ 9º e 10 da Lei Complementar nº 123/06.

- 6.3.4 A falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 6.4. No ato do credenciamento a licitante deverá apresentar a garantia da Proposta Comercial, em original, nos termos do Preâmbulo deste Edital. A Garantia deverá ter a validade não inferior a 60 (sessenta) dias da abertura do certame e ser depositada em dinheiro, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTM, seguro-garantia ou em carta de fiança bancária.
- 6.4.1. A garantia, quando prestada nas modalidades fiança bancária ou seguro garantia, deverá observar as normas editadas pela Secretaria Municipal de Finanças – SF, que dispõe que essas garantias deverão ser prestadas preferencialmente por estabelecimento bancário ou seguradora com domicílio no Município de São Paulo.
- 6.4.2. Caso a fiança bancária não seja prestada por estabelecimento domiciliado no Município de São Paulo, deverá constar no verso da garantia apresentada o endosso que atribua a um estabelecimento bancário com domicílio na Cidade de São Paulo, total comprometimento, inclusive com responsabilidade solidária, com todos os termos da garantia.
- 6.4.3. Se a licitante prestar a garantia na modalidade de Carta de Fiança Bancária, esta deverá ser emitida pelo banco de acordo com o modelo Anexo V, com firma reconhecida.
- 6.4.4. Se a licitante prestar a garantia na modalidade de seguro-garantia, o pagamento da apólice/boleto deverá estar quitado no ato de sua entrega.
- 6.4.5. Não será permitida caução em títulos gravados com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade ou intransferibilidade.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 7.1. Será permitida a participação de empresas que atenderem às exigências do Edital, isoladamente ou reunidas em consórcio, e que tenha como objeto social a execução de serviços compatíveis com os descritos neste Edital.
- 7.2. As empresas participantes de um consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, em que deverão ser observados pelas empresas consorciadas os requisitos previstos nos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404/76 e no art. 33 da Lei nº 8.666/93 e alterações. Do Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio deverão constar as seguintes cláusulas:
- 7.2.1. Designação do consórcio, sua composição, e indicação da participação de cada empresa consorciada;
- 7.2.2. Endereço;

- 7.2.3. Objeto do consórcio;
 - 7.2.4. Prazo de duração do consórcio, que deverá respeitar o prazo de recebimento definitivo das obras, acrescido de 05 (cinco) meses;
 - 7.2.5. Indicação do percentual de participação das empresas que compõem o consórcio e definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciada em relação ao objeto da presente licitação;
 - 7.2.6. Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre as quais a de que cada consorciada responderá solidariamente por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente licitação, pelo prazo de duração do consórcio, respeitado o estabelecido no subitem 7.2.4.
 - 7.2.7. Indicação da empresa líder do consórcio, autorizada a assumir todas as responsabilidades, bem como receber instruções, citação em nome das empresas consorciadas junto à PMSP;
 - 7.2.8. Designação do(s) representante(s) do consórcio, inclusive com poderes para firmar o eventual contrato decorrente da presente licitação;
 - 7.2.9. Compromisso de que apresentarão, antes da assinatura do contrato decorrente da licitação, o instrumento de constituição do consórcio e respectivo CNPJ;
 - 7.2.10. Compromisso de que providenciarão o arquivamento do instrumento da constituição do consórcio no registro do comércio local de sua sede e respectiva publicação da certidão de arquivamento ou registro, no cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme a natureza das pessoas consorciadas, com anterioridade à assinatura do eventual contrato decorrente da presente licitação.
 - 7.2.11. Compromisso de que o Consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da PMSP, até o recebimento definitivo dos serviços que vierem a ser contratados.
- 7.3. Apresentação de documentos no caso de consórcio:
- 7.3.1. Os documentos exigidos nos itens 11.1, 11.2, 11.3, 11.4.1 e 11.5, deverão ser apresentados individualmente por todas as empresas consorciadas.
 - 7.3.2. Em caso de consórcio, a Garantia da Proposta Comercial poderá ser prestada por uma única empresa ou pelas diferentes empresas que o compõem, desde que sua soma atinja o valor estabelecido neste Edital. Ainda, deverá ser acompanhada de documento com o nome do Consórcio e a identificação de todas as empresas que o integram.
 - 7.3.3. O conjunto de todos os serviços exigidos para comprovação da qualificação técnico-operacional, descritos nas alíneas do subitem “11.4.3” deverá ser atendido integralmente pelo Consórcio, sendo admitida a somatória de atestados.

7.3.4. As exigências referentes à comprovação da qualificação técnico-profissional deverão ser atendidas pelo Consórcio ou por qualquer empresa integrante do Consórcio.

7.4. Será vedada a participação de empresas:

7.4.1. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar, por ato do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal;

7.4.2. Sob processo de concordata ou falência, em liquidação ou em dissolução;

7.4.3. Em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto no caso de apresentação da Certidão prevista no item “11.3.1.1” deste Edital

7.4.4. Que tenham sido declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de licitar ou contratar por ato de qualquer órgão do Poder Público Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, nos termos da Orientação Normativa nº 03/2012-PGM, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

7.4.5. Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.4.6. Que tenham sido condenadas por agressões ao meio ambiente, ou infrações à legislação sobre segurança e saúde no trabalho nos termos da Lei Municipal nº 11.091/91;

7.4.7. Cuja garantia de proposta não atender as especificações deste Edital.

7.5. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e seus anexos, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do(s) local(is) onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

8. DO ORÇAMENTO

8.1. Para fins de referência, o valor estimado para execução das obras e serviços objeto desta Concorrência é de **R\$182.681.657,17** (cento e oitenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), na Data Base de **Janeiro/2021** (sem desoneração), já acrescido das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas a saber: **BDI 22,21%** (vinte e dois vírgula vinte e um por cento) para Edificações e **BDI 33,20%** (trinta e três vírgula vinte por cento) para Projetos. Este é o valor máximo admissível pela SPObras na presente licitação.

8.2. Correrão por conta exclusiva da licitante vencedor todos os tributos, taxas e/ou encargos de qualquer natureza devidos aos poderes públicos, federais, estaduais e/ou municipais, comprometendo-se este a saldá-los, por sua conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como despesas com encargos trabalhistas e sociais, mão de obra, transportes de seu pessoal e de materiais, todos os custos direta ou indiretamente relacionados com o objeto da contratação.

9. DAS INSTRUÇÕES DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 9.1. A participação na licitação se efetivará mediante a apresentação, na data, hora e local indicados expressamente no Preâmbulo do presente Edital, dos 02 (dois) envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho, respectivamente, **Envelope 1 - “Proposta Comercial”** e **Envelope 2 - “Habilitação”**, endereçados ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que externamente conterão o nome ou timbre da empresa licitante e os dizeres abaixo:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA Nº _____

OBJETO:

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº _____

OBJETO:

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

- 9.2. A Proposta Comercial e os documentos de habilitação deverão ser apresentadas em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, entrelinhas, omissões ou mesmo partes essenciais escritas à margem do texto. Todos os documentos deverão ser redigidos em português, ressaltando-se as expressões técnicas de uso corrente.
- 9.3. As licitantes deverão apresentar o(s) volume(s) devidamente encadernados, com suas folhas rubricadas e numeradas em ordem crescente, apresentando no final um Termo de Encerramento, no qual se declare o número de folhas da pasta, assinado pelo representante constituído, devendo conter na capa a titulação do conteúdo, o nome da licitante, o número do Edital, a identificação da licitação.
- 9.4. **Todo o conteúdo do material impresso, de cada envelope, deverá ser digitalizado em sua íntegra, inclusive contendo a numeração das páginas e rubrica, e, gravado em mídia digital, que deverá ser entregue dentro de cada envelope, para posterior inclusão em sistema eletrônico.**
- 9.5. A Planilha Orçamentária proposta, bem como, o Quadro Demonstrativo de Composição do BDI deverão ser apresentadas, além de impressas, também, **em mídia digital separadamente da mídia de cada envelope.**

10. DO ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA COMERCIAL

10.1. As licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, o ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA COMERCIAL devidamente identificado, contendo:

10.1.1. Carta de Apresentação da Proposta Comercial, assinada por diretor ou representante legalmente constituído, a ser elaborada de acordo com o modelo que compõe o Anexo III deste Edital.

10.1.2. Documento em impresso próprio, em que as licitantes deverão fornecer nome e qualificação do(s) representante(s) da empresa com poderes para assinar o Contrato, indicando:

- nome completo;
- cargo que exerce na empresa;
- R.G. nº;
- C.P.F. nº;
- E-mail;
- Telefone de contato.

10.1.3. Cronograma físico-financeiro das obras e serviços, observando-se o prazo estabelecido no Edital e seus anexos.

10.1.4. Planilhas de Orçamento, em conformidade com o modelo do Anexo XIII, bem como, em mídia digital, gravado em Excel.

10.1.5. Demonstrativo da(s) composição(ões) da(s) Taxa(s) de BDI proposta(s), em forma de porcentagem, em algarismos arábicos, apresentado com duas casas decimais, a ser aplicada sobre os custos unitários da planilha orçamentária, **em formulário e mídia digital**, conforme modelos do Anexo XIII deste Edital.

10.1.6. Listas de Insumos e Planilhas de Composição de Preços Unitários (CPU's), **em mídia digital**, gravado em Excel, conforme modelos do Anexo XIII deste Edital. **Não entregar impressa.**

10.2. O valor total a ser ofertado pelo licitante será composto pelo somatório dos preços unitários multiplicados pelos respectivos quantitativos de serviços. Os custos e preços unitários e custos e preços totais apresentados deverão ser **truncados com 2(duas) casas decimais**.

10.3. As licitantes deverão considerar na composição dos preços unitários da planilha deste Edital, as eventuais horas extras em horários especiais (noturno, fins de semana, feriados) de acordo com seu planejamento executivo.

10.4. Deverão ser considerados, nas composições de serviços e respectivos custos unitários, todos os custos dos serviços, inclusive:

- **mão de obra:** pessoal, seu transporte, alojamento, alimentação, assistência médica e social e os equipamentos de proteção individual necessários à segurança pessoal;
- **equipamentos:** operação e manutenção de todos os equipamentos necessários

à execução das obras e serviços;

- **materiais:** todos os materiais necessários à execução das obras e serviços.

- 10.5. Considerar-se-á que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais. Considerar-se-á, assim, que a não indicação no conjunto de composições de custos unitários de qualquer insumo ou componente necessário para a execução dos serviços conforme projetados, significa tacitamente que seu custo está diluído pelos demais itens componentes dos custos unitários, itens estes julgados necessários e suficientes, e não ensejarão qualquer alteração contratual sob esta alegação.
- 10.6. Nos preços ofertados pelas licitantes deverão estar incluídos todos os tributos, taxas e/ou encargos de quaisquer naturezas devidos aos poderes públicos, federais, estaduais e/ou municipais, comprometendo-se este a saldá-los, por sua conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como todos os custos direta ou indiretamente relacionados com a realização do objeto desta licitação.
- 10.7. Todos os tributos, inclusive taxas, contribuições fiscais, encargos previdenciários e trabalhistas e emolumentos devidos em decorrência da execução do objeto da presente licitação serão de exclusiva responsabilidade da licitante, que os recolherá sem direito a reembolso.
- 10.8. As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data de sua entrega, findo este prazo, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos.
- 10.9. Os custos unitários ofertados pela licitante, aplicados às quantidades de serviços executados, acrescidos da taxa de BDI, constituem-se, a qualquer título, na única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução das obras e serviços.
- 10.9.1. Na eventualidade de novos serviços, os preços adicionais seguirão o descrito na “Norma de Serviços Adicionais” constante do Anexo XIV deste Edital.
- 10.10. A SPObras não aceitará proposta comercial com valor global ou qualquer preço unitário superior àqueles constantes do Orçamento Referencial.

11- DO ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

O ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO deverá conter todos os documentos necessários para a habilitação da licitante, nos termos do Artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, conforme indicados a seguir:

11.1 Relativos à Habilitação Jurídica

11.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresárias e, no

caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- 11.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- 11.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- 11.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.
- 11.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e contribuições sociais, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014.
- 11.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação.
- 11.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários.
 - a) Tratando-se de licitante com sede fora do Município de São Paulo e que esteja cadastrado como contribuinte neste Município, deverá apresentar, também, a certidão de regularidade relativa à PMSP, referente aos tributos relacionados com o objeto da licitação (ISS);
 - b) Na hipótese de não estar cadastrado como contribuinte neste Município, o licitante com sede fora do Município de São Paulo deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada.
- 11.2.6. Certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no prazo de sua validade, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

- 11.2.7 Prova de Regularidade Trabalhista, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida a partir de consulta ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) da Justiça do Trabalho.

Nota 1: Caso qualquer certidão não tenha o seu prazo de validade consignado nesta, o prazo máximo de sua validade será de 60 (sessenta) dias corridos anteriores à data de apresentação dos documentos de habilitação, a menos que o licitante comprove, mediante apresentação de cópia da Lei ou ato da autoridade local competente, que o documento apresentado se encontra dentro de seu prazo de validade.

- 11.2.8. Para empresa com enquadramento na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal será exigida, observando os seguintes procedimentos:

- a) deverá apresentar toda documentação exigida neste Edital, mesmo que a documentação apresente alguma restrição;
- b) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá no momento que a proponente for declarada vencedora, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa;
- c) a não regularização da documentação no prazo previsto na alínea “b” deste subitem implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à SPObras convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para assinatura do contrato nas mesmas condições da primeira colocada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.

11.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- 11.3.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias contados da data prevista para a abertura do envelope contendo a documentação;

- 11.3.1.1. Será aceito, para a comprovação da capacidade econômico-financeira de empresas em recuperação judicial e extrajudicial, certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar deste certame.

11.4. Relativos à Qualificação Técnica:

- 11.4.1. Certidão atualizada de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia – CREA e/ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR (se apresentar Atestados de profissionais registrados nos dois Conselhos, deverá apresentar as Certidões dos dois Conselhos).

- a) Caso o registro tenha sido expedido por CREA e/ou CAU de outro Estado que não o da localidade de realização da licitação, será exigido, para a execução das obras e serviços, o visto do CREA-SP e/ou CAU/SP.

11.4.2 Atestado(s) comprobatório(s) da **aptidão técnico-operacional**, emitido(s) pelo contratante titular, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa Licitante, comprovando sua experiência em execução de serviços e obras de características semelhantes às do objeto desta licitação, conforme especificações abaixo:

- a) Execução de obras relacionadas a Terminal de Ônibus ou Edificações de Uso Industrial ou similar, com área construída mínima de 18.000m²;
- b) Execução de Pavimentação Rígida de Concreto: 5.000m²;
- c) Montagem de Estruturas Pré-Moldadas: 2.300m³;
- d) Montagem de Estrutura Metálica: 500.000Kg;
- e) Montagem de Cobertura em Membrana de Fibra de Vidro ou similar: 3.000m²;
- f) Supervisão e/ou Gerenciamento de serviços ambientais de obras de construção e/ou reforma de edificações.

11.4.3. Para comprovação da **capacidade técnico-profissional** a licitante deverá comprovar possuir no seu quadro permanente, na data prevista para apresentação dos documentos de habilitação, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de acervo técnico, com atestado(s) de desempenho anterior fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) de Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando sua experiência em execução de serviços e obras de características semelhantes às do objeto desta licitação, conforme abaixo:

- a) Execução de obras relacionadas a Terminal de Ônibus ou Edificações de Uso Industrial ou similar.

11.4.3.1. A comprovação do vínculo da licitante com o profissional detentor do(s) atestado(s), na data de apresentação dos documentos de habilitação, se fará por meio de:

- a) Cópias autenticadas das anotações da CTPS - Carteira e Previdência Social, acompanhada da respectiva Ficha de Registro de Empregados, nos termos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e do Decreto nº. 61.799/67, ou
- b) Fichas de Registro de Empregados através do sistema informatizado, nos termos da Portaria nº. 3.626, de 13/11/91 e da Portaria nº. 1.121, de 09/11/95, retificada no D.O.U. de 13/11/95, ou

- c) Cópia autenticada de contrato de prestação de serviços, ou
- d) Quando se tratar de dirigente de empresa, a comprovação poderá ser feita por meio da cópia da Ata da Assembleia, referente à sua investidura no cargo, ou do Contrato Social.

11.4.3.2. Os Licitantes que apresentarem para comprovação de capacidade técnico-profissional atestado(s) com Certificação Digital, obrigatoriamente deverão comprovar o vínculo entre a Certidão de Acervo Técnico (CAT) e o respectivo atestado. Este vínculo poderá se dar através da identificação oficial pelo CREA-CONFEA ou CAU do número da CAT no corpo do atestado ou pelo número da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referenciada na CAT e que deve constar expressamente no respectivo atestado.

11.4.4. A apresentação dos atestados deve observar o quanto segue:

11.4.4.1. Em caso de apresentação de atestados de obras ou serviços realizados por subcontratação de obras públicas, para comprovação das exigências acima, deverão ser apresentados os contratos firmados entre a pessoa jurídica de direito público e a contratada principal, acompanhado da autorização da subcontratação.

11.4.4.2. Em caso de apresentação de atestados de obras ou serviços realizados por consórcio de empresas, serão consideradas as atividades e serviços desenvolvidos pela licitante caso estejam discriminados separadamente no atestado, para cada participante do consórcio.

11.4.4.3. As Licitantes deverão assinalar com caneta do tipo marca texto nos atestados apresentados a descrição dos serviços.

11.4.4.4. A critério da Comissão Permanente de Licitações e, caso não conste dos documentos citados nos itens “11.4.2” e “11.4.3” a descrição dos serviços, poderá, ainda, ser solicitada a apresentação dos respectivos memoriais descritivos ou planilhas de medição.

11.4.4.5. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) conter a identificação do(s) signatário(s), com nome e cargo.

11.4.5. A Licitante deverá ainda comprovar possuir no seu quadro permanente, na data prevista para apresentação dos documentos de Habilitação, incluindo a apresentação de currículo, sob pena de desclassificação da Proposta, os seguintes profissionais:

- a) 01 (um) Profissional com formação em Engenharia Elétrica, com experiência mínima de 10 anos;

- b) 01 (um) Profissional com formação em Engenharia Civil com Especialidade em Cálculo Estrutural e/ou experiência comprovada na mesma área, através de acervo técnico com 01 (um) atestado de desempenho, com experiência mínima de 10 anos;
- c) 01 (um) Profissional do Meio Físico (Especialista Ambiental), sendo profissional de nível superior com experiência mínima de 10 anos em trabalhos ambientais relacionados aos aspectos da água, solo, ar, áreas contaminadas, ruídos e vibrações;
- d) 01 (um) Profissional do Meio Biótico (Especialista Ambiental), sendo profissional de nível superior com experiência mínima de 10 anos em trabalhos ambientais relacionados aos aspectos da fauna e flora;
- e) 01 (um) Profissional do Meio Socioeconômico (Especialista Ambiental), sendo profissional de nível superior com experiência mínima de 10 anos em trabalhos ambientais relacionados aos aspectos da infraestrutura urbana, econômica e social.

Importante: Um mesmo profissional da Equipe Técnica poderá apresentar currículo para até duas áreas.

11.4.5.1. A comprovação do vínculo destes profissionais com a licitante deverá observar os meios previstos no subitem 11.4.3.1 deste edital.

- 11.4.6. Declaração de que tem total conhecimento dos serviços e das condições locais de execução dos trabalhos, conforme modelo do Anexo VIII deste Edital, estando ciente de que na formulação de sua proposta não poderá alegar desconhecimento das especificações técnicas e dos fatores envolvidos para a realização dos serviços.

11.5. Documentos de caráter geral

- 11.5.1. Para atendimento do estabelecido no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas atualizações, a licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo VII deste Edital;
- 11.5.2. Declaração da licitante, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas discriminadas, conforme modelo do Anexo VI;
- 11.5.3. Declaração de utilização de produtos e subprodutos de madeira que possuam procedência legal - CADMADEIRA, conforme modelo do Anexo IX e Controle Ambiental Minerário – SISNAMA, conforme modelo Anexo X.

- 11.6. Os documentos emitidos via Internet ficarão sujeitos à diligência a ser efetuada pela Comissão Permanente de Licitações, com o propósito da verificação da autenticidade das informações neles contidas.

- 11.7. Os documentos de habilitação, expedidos por autoridades ou órgãos competentes do local da sede da licitante poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada ou em publicação do órgão da Imprensa Oficial, ou, ainda, por qualquer outra forma prevista em Lei.

12. DO PROCEDIMENTO

- 12.1. Os envelopes serão recebidos no horário, data e local estabelecidos no preâmbulo.

12.1.1 Recomenda-se a participação de um dos representantes credenciados pelas empresas, em todas as sessões da presente licitação.

- 12.2. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo, procederá à abertura do envelope nº 1 – Proposta Comercial, cujas folhas serão rubricadas pela Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes credenciados presentes à sessão pública.

- 12.3. A Comissão de Licitação julgará as Propostas Comerciais de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos no Edital, e o resultado será comunicado às licitantes na mesma ou em outra sessão pública ou através de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

12.3.1. Os envelopes nº 2 – Habilitação, das licitantes desclassificadas, serão devolvidos, inviolados, após ter decorrido o prazo legal sem interposição de recursos, ou tendo havido renúncia expressa de interposição de recursos, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

- 12.4. Caso os envelopes nº 2 não sejam abertos na sessão de abertura dos envelopes nº 1, eles serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes credenciados das licitantes, e mantidos sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação até a data de abertura dos mesmos.

- 12.5. Após a divulgação da classificação das propostas e transcorrido o prazo legal sem interposição de recursos, ou tendo havido renúncia expressa da interposição de recursos, ou após o julgamento dos recursos interpostos, dar-se-á a abertura dos Envelopes nº 2 das empresas classificadas até os três primeiros lugares.

12.5.1. Os envelopes nº 2 – Habilitação poderão ser abertos no mesmo ato público da divulgação da classificação ou em ato público específico designado para tal fim.

12.6. Da abertura do Envelope de Habilitação.

- 12.6.1. A Comissão promoverá a abertura dos envelopes de habilitação e examinará os documentos dos licitantes cujas propostas tenham sido classificadas até os três primeiros lugares.

- 12.6.2. Deliberação da Comissão acerca da habilitação dos três primeiros classificados.

- 12.6.3. Se for o caso, a Comissão promoverá a abertura dos envelopes e apreciará a documentação de habilitação de tantos concorrentes classificados quantos forem os inabilitados.
- 12.6.4. A Comissão dará ciência das circunstâncias de inabilitação dos licitantes, na própria sessão ou por publicação na imprensa oficial do Município.
- 12.6.5. Não ocorrendo desistência expressa de recurso quanto à habilitação ou inabilitação, a Comissão encerrará a sessão, cientificando os participantes do prazo para sua interposição.
- 12.6.6. Admitir-se-á o saneamento de falhas, desde que, a critério da Comissão, os elementos faltantes possam ser apresentados no prazo máximo de 03 (três) dias, sob pena de inabilitação do licitante e aplicação da multa prevista no edital.
- 12.6.7. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão Permanente de Licitação.
- 12.7. De cada sessão pública será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada obrigatoriamente pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e facultativamente pelos representantes credenciados presentes.
- 12.8. A classificação se dará em ordem sequencial e crescente do menor valor global proposto, e a Comissão declarará vencedora a empresa classificada em primeiro lugar.
- 12.9. Transcorrido o prazo recursal, a Comissão encaminhará o processo administrativo à autoridade competente da SPObras para homologação do certame, e após à autoridade competente de SIURB para ratificação da homologação e adjudicação do objeto.

13. DOJULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 13.1. Para efeito de julgamento, esta licitação enquadra-se no tipo “menor preço”, conforme definido no inciso I, § 1º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.2. Serão desclassificadas as propostas que:
 - 13.2.1. Não atenderem as exigências do Edital ou apresentá-las em desacordo com a legislação vigente.
 - 13.2.2. Apresentarem valor global dos serviços superior ao orçamento da SPObras, indicado no preâmbulo deste Edital, bem como qualquer preço unitário superior àquele constante do orçamento referencial de SPObras.
 - 13.2.3. Se mostrarem manifestamente inexecutáveis, em conformidade com as disposições do § 1º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93, introduzidas pela Lei Federal nº 9.648/98.
 - 13.2.4. Apresentarem oferta de vantagem não prevista neste Edital, ou preço ou vantagem baseada nas propostas de outras licitantes.

- 13.2.5. Forem omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 13.2.6. Não apresentarem preços/custos para todos os itens descritos na Planilha de Quantidades e Preços Propostos.
- 13.2.7. Apresentarem preços diversos para o mesmo tipo de insumo.
- 13.2.8. Apresentarem composições de custos faltando mão de obra e/ou materiais e/ou equipamentos.
- 13.3. O julgamento das propostas será o **menor valor global** proposto para a execução das obras e serviços ora licitados, desde que tenham sido observadas as condições estabelecidas neste Edital.
 - 13.3.1. O valor global ofertado pela licitante será composto pelo somatório dos custos unitários multiplicados pelos respectivos quantitativos de serviços, acrescidos da taxa de BDI.
 - 13.3.2. Para a apuração do valor total proposto pelas licitantes, serão corrigidos eventuais erros constatados nos cálculos aritméticos, bem como a transcrição de subtotais e preços unitários, sempre tendo como imutáveis as quantidades de serviços indicadas nas Planilhas de Serviços e Custos, integrante dos Anexos e deste Edital sendo adotados para o julgamento das Propostas Comerciais os valores totais resultantes das correções efetuadas.
 - 13.3.3. Havendo divergência entre os preços unitários e respectivas composições detalhadas de custos, a licitante deverá retificar suas composições para o fim de adequá-las aos valores constantes da planilha orçamentária apresentada.
- 13.4. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais Propostas Comerciais, a Comissão Permanente de Licitação efetuará, em ato público, sorteio para definição da classificação.
- 13.5. Caso todas as propostas sejam desclassificadas, poderá ser fixado o prazo de até 8 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas, escoimadas das causas de desclassificação.
- 13.6. A Comissão Permanente de Licitação, no julgamento das Propostas Comerciais, poderá determinar que sejam promovidas retificações decorrentes de erros em operações aritméticas, tais como:
 - a) dos preços das planilhas de serviços e preço, para a carta de apresentação da Proposta de Preços;
 - b) no caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
 - c) no caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterado o preço unitário e a quantidade;

d) no caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

- 13.7. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar das licitantes que prestem esclarecimentos quanto aos documentos referentes à Proposta de Preços, desde que, as informações não alterem os preços apresentados e não correspondam a documentos que, originariamente, deveriam figurar da proposta. O não atendimento ao estabelecido implicará na desclassificação da Licitante.

14. DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação das licitantes classificadas até os três primeiros lugares, a Comissão Permanente de Licitações verificará eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>
- c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx
- d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255
- e) IPTU (específico para o Município de São Paulo) https://duc.prefeitura.sp.gov.br/certidoes/forms_anonimo/frmConsultaEmissaoCertificado.aspx

Obs.: Quando o licitante não possuir imóvel cadastrado em seu nome, deverá ser apresentada a Certidão de Rol Nominal expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda com base na Portaria SF nº 04 de 05 de Janeiro de 2012.

- f) ISS (específico para o Município de São Paulo) http://www3.prefeitura.sp.gov.br/DividaAtivaConsDebSimp/Forms/frm001_Entrada.aspx
- g) Apenadas TCESP
<https://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>
- h) SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) <https://www3.comprasnet.gov.br/sicafweb/public/pages/consultas/consultarCRC.jsf>

- i) CADICON (Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos) – Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:::NO:3,4,6::&cs=3Q_cU4qKkb3moRmbUTUYtiMdfJP8

14.2. Serão consideradas habilitadas as licitantes que apresentarem, com exatidão, todos os documentos solicitados no item “Documentos de Habilitação – Envelopes nº 2” deste Edital.

15 DA CONTRATAÇÃO

15.1. A licitante adjudicatária desta licitação será notificada, por escrito ou por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, para assinar o respectivo Contrato com a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado e aceito.

15.1.1. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, a assinar o Contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos, decairá do direito à contratação e sofrerá a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor total estimado para a contratação, previsto no preâmbulo deste Edital, além da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos.

15.2. Até a data de assinatura do Contrato a licitante adjudicatária desta licitação deverá, sob pena de perda dos direitos decorrentes da sua adjudicação:

15.2.1. Prestar Garantia de Execução Contratual em dinheiro, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo, seguro-garantia ou carta de fiança bancária, na importância equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com validade de 15 (quinze) meses.

15.2.1.1. A garantia quando prestada nas modalidades fiança bancária ou seguro garantia deverão observar as normas editadas pela Secretaria Municipal de Finanças – SF, que dispõe que essas garantias deverão ser prestadas preferencialmente por estabelecimento bancário ou seguradora com domicílio no Município de São Paulo.

15.2.1.1.1. Caso a fiança bancária não seja prestada por estabelecimento domiciliado no Município de São Paulo, deverá constar no verso da garantia apresentada o endosso que atribua a um estabelecimento bancário com domicílio na Cidade de São Paulo, total comprometimento,

inclusive com responsabilidade solidária, com todos os termos da garantia.

- 15.2.1.2. Se a licitante prestar a garantia na modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser paga à vista e o documento comprobatório da quitação ser entregue juntamente com o depósito da garantia.
 - 15.2.1.3. Não será permitida garantia em títulos gravados com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade ou intransferibilidade.
- 15.3. Estará impedida de contratar a adjudicatária que estiver com registro no Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, nos termos da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto Municipal nº 47.096/06.
- 15.4. A futura CONTRATADA deverá entregar à SPObras, em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, cópia autenticada da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou RRT e/ou TRT de todos os profissionais envolvidos na execução do objeto contratado, conforme segue:

Todos os profissionais envolvidos na execução contratual e registrados nos Conselhos Profissionais como: CREA SP - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo, CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, CFT - Conselho Federal de Técnicos Industriais, CRBio - Conselho Regional de Biologia da 1ª Região (SP/MT/MS), CRQ Conselho Regional de Química da IV Região (SP), CRMV SP – Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, dentre outros conselhos pertinentes deverão apresentar suas respectivas ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (registro de Responsabilidade Técnica) e TRT (Termo de Responsabilidade Técnica), com suas respectivas responsabilidades técnicas.

É obrigatório que as ART/RRT/TRT entregues correspondam a todos os Profissionais, inclusive do Preposto, e demais profissionais constantes da Equipe Técnica (indicada na licitação), em Medição com AHT (apropriação de horas técnicas), bem como à Equipe Técnica indicada nos Relatórios Técnicos elaborados, bem como correspondam à Equipe indicada no Registro de Participação de outros profissionais do respectivo Livro de Ordem (item III).

Deverá ser observada similaridade nas informações, ou seja, se o profissional técnico assina um relatório / projeto / memória de cálculo / croqui / Diário de Obra / Livro de Ordem (ou qualquer outro documento relativo ao desenvolvimento dos serviços contratados) e sua atuação for disciplinada por qualquer Conselho Profissional relacionado à execução contratual – este profissional deve preencher ART/RRT/TRT; se for registrado no Sistema CONFEA/CREA, deverá estar relacionado no Livro de Ordem (item III); se o contrato estabelecer AHT (apropriação de horas técnicas), este profissional deverá estar ali relacionado – com indicação de suas respectivas atividades no prazo máximo de até 10 dias corridos da data de formalização do contrato.

Se houver qualquer alteração contratual de valor, prazo ou serviços técnicos executados, os profissionais citados deverão recolher nova ART e/ou RRT complementares e vinculadas às iniciais, de forma a demonstrar a alteração ocorrida, no prazo máximo de até 10 dias corridos da data de formalização do Termo de Aditamento que promoveu a alteração no contrato.

Ficando assim, a liberação de medição contratual cujo período a ser medido corresponda ao mês de formalização de Termo de Aditamento (prazo/valor), ou ao mês posterior à formalização do Termo de Aditamento (prazo/valor), condicionada à apresentação de ART/RRT/TRT dos profissionais que atuam nos serviços do contrato referente ao Termo de Aditamento (prazo/valor) celebrado.

- 15.5. O Preposto indicado pela CONTRATADA deverá possuir habilitação técnica de nível superior com cadastro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

16 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. Poderá ser admitida a subcontratação parcial dos serviços e fornecimento necessários para execução do objeto do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor contratual, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da CONTRATADA, condicionada à análise e prévia autorização escrita da SIURB, que a seu critério poderá aprovar ou não a subcontratação proposta.
- 16.2. A subcontratação não exime a CONTRATADA pela integralidade da responsabilidade assumida perante SIURB, sendo a CONTRATADA a responsável pelos serviços executados pela sua Subcontratada, bem como por todas as despesas e custos destes decorrentes.

17 DA DEVOLUÇÃO DA GARANTIA

- 17.1. A Garantia da Proposta Comercial das licitantes consideradas inabilitadas ou cuja proposta comercial tenha sido desclassificada, será restituída mediante solicitação, feita por escrito à Comissão Permanente de Licitações, após a assinatura do Contrato correspondente a presente licitação.
- 17.2. A Garantia da Proposta Comercial das licitantes consideradas habilitadas ou cuja proposta comercial tenha sido classificada, será restituída após a assinatura do instrumento contratual com a licitante vencedora desta licitação, mediante solicitação, feita por escrito, à Comissão Permanente de Licitação.
- 17.3. A Garantia da Proposta Comercial da licitante vencedora será restituída mediante solicitação feita por escrito à Comissão Permanente de Licitação, após a assinatura do Contrato correspondente a presente licitação.
- 17.3.1. Perderá direito à restituição da garantia a licitante que não oferecer as garantias necessárias à assinatura do Contrato correspondente ou que se recusar a assiná-lo no prazo em que for convocado, sem prejuízo de outras penalidades previstas em Lei.

18. DA RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

- 18.1 Os recursos e impugnações, são os previstos na LF 8.666/93, deverão ser encaminhados à Gerência de Licitações e Contratos somente através do e-mail licitacoes@spobras.sp.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 8h00 às 17h00. O documento pode ser assinado digitalmente ou no caso de arquivo digitalizado deve ser enviada, conjuntamente, cópia de um documento com foto do signatário..
- 18.2. A impugnação deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.
- 18.3 O recurso deverá ser dirigido ao Presidente da SPObras, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação.

19. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 19.1. Os critérios de medições, faturas e forma de pagamentos estão definidos na Minuta do Contrato – Anexo II do Edital.
- 19.2. Os critérios reajuste estão definidos na Minuta do Contrato – Anexo II do Edital
- 19.3. As obrigações da Contratante e Contratada estão definidas na Minuta de Contrato – Anexo II do Edital.
- 19.4. As penalidades às quais se sujeitará a Contratada estão definidas na Minuta de Contrato – Anexo II do Edital.
- 19.5. As condições de recebimento das obras e serviços estão definidas na Minuta de Contrato – Anexo II do Edital.

20. DA ANTICORRUPÇÃO

- 20.1 Na execução do futuro contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto contratado, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Se, por qualquer motivo, o(s) representante(s) das empresas participantes não puder(em) comparecer a alguma sessão desta licitação, será permitida a nomeação de outro(s) representante(s), desde que seja apresentada nova carta de credenciamento, conforme o modelo do Anexo IV.
- 21.2. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar esclarecimentos e/ou informações para dirimir dúvidas que surjam, nos termos do art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 21.3. Se as licitantes inabilitadas não retirarem os respectivos envelopes no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação feita por escrito, pela SPObras, os mesmos serão destruídos.
- 21.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação da SPObras.
- 21.5. Durante o período de execução contratual, bem como, para obtenção posterior do Atestado de Capacidade Técnica, ficam as partes obrigadas a observar as Normas Administrativas da SPObras constante do Anexo XIV deste edital.
- 21.6. No caso de eventual divergência entre o Edital e seus Anexos prevalecerão as disposições do primeiro. No caso de eventuais divergências entre os dados e informações constantes dos orçamentos, desenhos e especificações (escopo dos serviços), prevalecerão as disposições existentes nas especificações.
- 21.7. Compete à Administração dirimir divergência, de qualquer natureza, havida entre os documentos integrantes deste Instrumento Convocatório.

São Paulo, de de 2021.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação